

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja itens que avaliem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1-I

O aforismo “o cliente sempre tem razão” é bastante conhecido e muito citado como argumento econômico. Justifica-se para manter a fidelidade dos consumidores a marcas e a lojas a fim de evitar que a insatisfação individual se torne uma indesejada propaganda negativa.

Será que, sob a ótica jurídica, a afirmativa corresponde à realidade? Não! O cliente (consumidor) só tem razão quando o direito, a lei, lhe dá amparo.

Invariavelmente, baseando-se em critério pessoal do que seria justo como solução para problema de consumo, o consumidor realmente acredita que possui o direito que alega e, dentro da sua lógica, passa a exigir determinado comportamento do fornecedor.

A expressão direito do consumidor tem sentido de conjunto de normas que regulam as relações entre consumidores e fornecedores; não significa necessariamente que o consumidor tem sempre direito de exigir a satisfação dos seus interesses.

Para ilustrar, cite-se o exemplo, recorrente, de uma pessoa que acredita poder, em qualquer circunstância, trocar um produto que acabou de adquirir simplesmente porque, chegando em casa, percebeu que não era exatamente aquilo que queria, preferia de outra cor ou até haver gastado o dinheiro com algo mais interessante. Para a lei, a troca ou devolução do dinheiro pago só é possível em situações bem concretas: promessa do vendedor de trocar ou devolver o dinheiro (art. 30 do Código de Defesa do Consumidor); vício do produto (art. 18); compra fora do estabelecimento físico (art. 49).

Daí a importância de que toda pessoa tenha uma noção básica de quais são os seus direitos e de como exigir a sua observância. Como é possível exigir respeito a sua condição de consumidor se não houver uma consciência mínima dos direitos?

Leonardo Bessa. *O cliente – nem sempre – tem razão!* In: *Metrópoles*. 20/06/2024.
Internet: <www.metrolopes.com> (com adaptações).

A respeito das ideias veiculadas no texto CB1A1-I, julgue os itens subsequentes.

- 1 O autor do texto defende a ideia de que, na perspectiva jurídica, nem sempre o consumidor tem direito de exigir que seus interesses sejam satisfeitos.
- 2 O direito do consumidor é um conjunto de normas que regulamenta, entre outras ações, o comportamento do fornecedor conforme os anseios e desejos dos consumidores.
- 3 Segundo o texto, a expressão corrente ‘o cliente sempre tem razão’, apesar de comercialmente motivada, não condiz com a realidade determinada pelo arcabouço legal.

- 4 De acordo com o texto, ao reclamar seus direitos, os consumidores brasileiros usam um critério pessoal de justiça derivado de sua falta de conhecimento acerca das leis, dos seus direitos e de como eles devem ser observados.
- 5 De acordo com o autor do texto, a lei prevê situações específicas em que o consumidor pode solicitar ao fornecedor a troca de um produto ou a devolução do dinheiro gasto na compra de determinado produto.

Considerando os aspectos linguísticos do texto CB1A1-I, julgue os itens a seguir.

- 6 Seria mantida a correção gramatical e a coesão do último período do texto, caso a forma verbal “houver” fosse substituída por **houvesse**.
- 7 Nas orações em que ocorrem, as expressões ‘o cliente sempre tem razão’ (primeiro período do primeiro parágrafo) e “direito do consumidor” (primeiro período do quarto parágrafo) desempenham a mesma função sintática.
- 8 Prejudicaria a correção gramatical do texto a substituição do trecho “a marcas e a lojas” (segundo período do primeiro parágrafo) por **à marcas e à lojas**.
- 9 Caso o pronome “se”, em “baseando-se em critério pessoal do que seria justo” (terceiro parágrafo) fosse deslocado para imediatamente antes da forma verbal “baseando” — escrevendo-se **se baseando** —, seria mantida a correção gramatical da frase e lhe seria conferido maior grau de formalidade.
- 10 No terceiro parágrafo do texto, o vocábulo “que”, presente na oração “que alega”, é utilizado como elemento de coesão referencial e tem como referente o termo “o consumidor”.
- 11 As formas verbais “acabou”, “queria” e “preferia” (primeiro período do quinto parágrafo) são núcleos de orações cujos sujeitos são elípticos e referem-se ao termo “uma pessoa”.
- 12 No início do quinto parágrafo, a vírgula empregada após o verbo “ilustrar” é facultativa e sua supressão preservaria a correção gramatical do texto.

Texto CB1A1-II

A palavra ficção nos remete a histórias inventadas (total ou parcialmente). Pode ser uma fantasia, que envolva monstros, heróis ou fantasmas, pode ser uma ficção científica, que envolva tecnologias que vão muito além daquelas que existem hoje, e também pode ser um romance comum, totalmente realista, mas com enredo, personagens ou ambientes inventados.

Dessa forma, uma matéria jornalística jamais poderia ser considerada ficcional, já que um dos pilares do jornalismo é a busca pela verdade e a publicização das informações com precisão e veracidade. Um jornal que noticiasse ficções estaria ferindo um de seus princípios mais fundamentais.

Apesar de essa definição de ficção ser bem popular, os críticos e teóricos de cinema franceses Jacques Aumont e Michel Marie afirmam que a ficção é uma forma de discurso que faz referência a personagens ou a ações que só existem na imaginação daquele que a escreve ou lê. Segundo eles, a ficção não é uma mentira, mas um simulacro da realidade, uma das possíveis maneiras de se representar o real.

Assim, podemos dizer que todo relato é uma tentativa de representar a realidade por meio de palavras. Um relato de um acontecimento não é o próprio acontecimento em si. Os fatos ficam no passado, depois que acontecem. Qualquer tentativa de retomá-los no presente, por meio de uma história, será uma representação, será uma construção da mente de uma pessoa. Logo, será uma ficção.

Lucia Mascarenhas de Miranda. **A fronteira entre fato e ficção.**
In: **Ciência Hoje**, outubro de 2024.
Internet: <cienciahoje.org.br> (com adaptações).

Julgue os itens a seguir com base nas ideias apresentadas no texto CB1A1-II.

- 13 Os críticos e teóricos de cinema Jacques Aumont e Michel Marie caracterizam a ficção como um simulacro da realidade, em uma oposição explícita à visão comum nos meios acadêmicos segundo a qual a ficção é uma mentira.
- 14 No último parágrafo do texto, o autor conclui que, sendo a ficção uma representação da realidade, o relato de uma situação passada caracteriza-se como ficção.
- 15 A ficção é um tipo de discurso por meio do qual se apreende o real, atualizando-o por meio de palavras.
- 16 Os textos caracterizados como obras de ficção são bem delimitados e apresentam alcance reduzido.
- 17 De acordo com o texto, dada a natureza do jornalismo, matérias jornalísticas de natureza ficcional são inconcebíveis considerando-se a definição popular de ficção.

A respeito dos aspectos linguísticos do texto CB1A1-II, julgue os itens que se seguem.

- 18 A forma pronominal “a” empregada no trecho “que a escreve ou lê” (primeiro período do terceiro parágrafo) se refere ao termo “a ficção”, no mesmo período.
- 19 No primeiro parágrafo, as três ocorrências da forma verbal “pode” expressam sentido de possibilidade.
- 20 Na organização das ideias do primeiro parágrafo do texto, o conteúdo do segmento “mas com enredo, personagens ou ambientes inventados” se opõe à informação anterior segundo a qual a ficção pode ser representada por uma fantasia, uma ficção científica, ou um romance comum.
- 21 No primeiro período do terceiro parágrafo, a substituição do vocábulo “franceses” por **francês** preservaria a correção gramatical do texto, embora alterasse o seu sentido e as relações sintáticas do período.
- 22 A locução “já que” (primeiro período do segundo parágrafo) introduz, na oração em que se insere, valor de causa, podendo ser corretamente substituída por **uma vez que**.

- 23 Mantendo-se o sentido original e a correção gramatical do texto, o primeiro período do quarto parágrafo poderia ser reescrito da seguinte maneira: **Pode-se afirmar que, dessa forma, todo o relato trata-se de uma tentativa de representar a realidade por meio do uso de palavras.**

- 24 Dada sua função na oração, o termo “da mente” (quarto período do quarto parágrafo) pode ser substituído pelo adjetivo **mental**, sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do trecho.

Texto CB1A1-III

Aprendemos desde cedo que a linguagem verbal serve para comunicar e frequentemente dizemos que o importante é a comunicação. Quando se fala em comunicação, muitas vezes, pensamos que se está falando na transmissão de informações. Comunicar não se limita, entretanto, a transmitir informações. Realmente, há momentos em que desejamos apenas fornecer uma informação, mas, muito frequentemente, temos outros objetivos, como: dar uma ordem, expressar um sentimento, fazer um pedido, exercer algum tipo de influência, fazer o outro mudar de opinião...

O ser humano vive em sociedade, isto é, fazemos parte de grupos sociais e agimos em conjunto com nossos semelhantes; interagimos. Na verdade, é para interagir que nos comunicamos, falamos e escrevemos. Por isso, não podemos nos esquecer de que a comunicação, ou a interação, envolve mais do que simplesmente informação; envolve, sobretudo, alguma forma de ação sobre o outro.

Ana Lúcia Tinoco Cabral. **A força das palavras.**
São Paulo: Editora Contexto, 2010, p. 10-11 (com adaptações).

Considerando os aspectos textuais e linguísticos do texto CB1A1-III, bem como as ideias nele veiculadas, julgue os itens seguintes.

- 25 Seria mantida a correção gramatical do texto se o trecho “nos esquecer” (último período) fosse reescrito como **esquecer**.
- 26 No texto, rejeita-se a ideia comum de que o ato de comunicar, interagir, corresponde unicamente à transmissão pura e simples de informações.
- 27 Para atingir o seu propósito comunicativo, a autora constrói seu texto combinando as tipologias expositiva e narrativa.
- 28 No segundo período do primeiro parágrafo, as duas ocorrências do pronome “se” têm o papel de indeterminar os agentes responsáveis pela ação de falar.
- 29 Sem prejuízo da correção gramatical do texto, as palavras “é” e “que”, presentes no segundo período do segundo parágrafo, poderiam ser suprimidas.
- 30 No trecho “dar uma ordem, expressar um sentimento, fazer um pedido, exercer algum tipo de influência, fazer o outro mudar de opinião...” (quarto período do primeiro parágrafo), as vírgulas foram empregadas para separar expressões de caráter explicativo.

No que concerne ao processo licitatório, julgue os itens a seguir, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021.

- 31 Pregão é a modalidade de licitação obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- 32 Não se admite aposição de sigilo em relação aos atos praticados em processo licitatório, podendo haver apenas o diferimento da publicidade quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- 33 A referida lei faculta à administração pública exigir, no edital de licitação, conforme disposto em regulamento, que um percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por oriundos ou egressos do sistema prisional.
- 34 Nas licitações, o princípio da vinculação ao edital aplica-se à administração pública e aos licitantes.
- 35 A licitação será dispensável para a aquisição de materiais ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, já que é inviável a competição.

A respeito de agentes públicos e poderes administrativos da administração pública, julgue os próximos itens, considerando as disposições legais e o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 36 O abuso de poder pode decorrer tanto de condutas comissivas quanto de condutas omissivas da administração e, em ambos os casos, a ilicitude atinge o ato administrativo.
- 37 O auxílio-natalidade somente será pago à servidora por motivo de nascimento de filho, não podendo o cônjuge ou companheiro servidor público, quando a parturiente não for servidora, auferir tal benefício.
- 38 É constitucional que a administração pública delegue poder de polícia a uma sociedade de economia mista de capital social majoritariamente público para fins de aplicação de multas de trânsito.
- 39 A investidura em uma função pública de livre nomeação e exoneração prescinde de prévia aprovação em concurso público.
- 40 Em qualquer caso, a administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que da greve decorre, permitida a compensação em caso de acordo.
- 41 No exercício do poder regulamentar, pode o chefe do Poder Executivo tanto baixar um decreto para fiel execução da lei, quanto dispor, também por meio de decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, mesmo que isso implique aumento de despesa, criação ou extinção de órgãos públicos.

No que se refere ao ato administrativo, julgue os itens seguintes.

- 42 As presunções de veracidade e legitimidade do ato administrativo são absolutas, não se admitindo prova em contrário.
- 43 Resolução é uma espécie de ato administrativo por meio do qual os órgãos consultivos da administração pública emitem opinião sobre assuntos técnicos ou jurídicos de sua competência.
- 44 Segundo o STF, o ato que concede aposentadoria a servidor público é um ato administrativo complexo, pois depende da atuação do ente a que o agente é subordinado e da aprovação do Tribunal de Contas.
- 45 A competência para praticar um ato administrativo somente pode ser objeto de delegação ou avocação caso não seja uma competência exclusiva conferida a determinado órgão ou agente pela lei.

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens que se seguem.

- 46 A força maior é considerada causa excludente da responsabilidade civil estatal.
- 47 A responsabilidade civil por danos nucleares, tenham eles sido causados por ato comissivo ou omissivo, independe da existência de culpa.
- 48 Nos casos em que o réu tenha sido condenado criminalmente por erro judiciário, o trânsito em julgado da sentença condenatória impede que o Estado seja responsabilizado civilmente pelo referido ato judicial.
- 49 O direito de regresso do Estado contra o agente causador do dano depende da demonstração da conduta, do prejuízo causado ao terceiro e do nexo de causalidade entre o referido prejuízo e a conduta, sendo prescindível a comprovação de dolo ou culpa.
- 50 Para a caracterização da responsabilidade por omissão estatal, é necessária a violação de um dever jurídico específico de agir do Estado.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os itens a seguir, a respeito da documentação jurídica e das suas fontes de informação.

- 51** Os periódicos jurídicos são considerados fontes jurídicas primárias, assim como o Diário Oficial da União.
- 52** No caso da informação jurídica analítica, uma das razões para a profusão de documentos publicados anualmente é a crescente facilidade de publicar, especialmente documentos eletrônicos.
- 53** A informação analítica (por meio da doutrina) e a normativa (por meio da legislação) são as duas únicas formas pelas quais a informação jurídica pode ser gerada, registrada e recuperada.

Tendo em vista os conceitos e as finalidades da ciência da informação, da biblioteconomia e das suas cinco leis, julgue os itens que se seguem.

- 54** Considerar a indexação das publicações periódicas é uma importante estratégia para consolidar a primeira lei da biblioteconomia — poupe o tempo do leitor.
- 55** O conteúdo da ciência da informação é marcado pelo selo da interdisciplinaridade entre ciências exatas e físicas, bem como ciências sociais e humanas.
- 56** A terceira lei da biblioteconomia — a cada livro seu leitor — leva a práticas tais como acesso livre, arranjo coerente na estante, catálogo adequado e serviço de referência.
- 57** O objetivo da biblioteconomia é o apoio documental à pesquisa científica, por meio da indexação, da tradução e do resumo das publicações primárias.

O computador é um equipamento eletrônico utilizado para manipular informações dos mais variados tipos, como textos, fotos, desenhos, planilhas de cálculos, músicas, vídeos, entre outros. A esse respeito, julgue os próximos itens.

- 58** O *touchpad* usado em *notebooks* é classificado como um dispositivo de entrada de dados e consiste de uma superfície sensível que registra o toque do usuário para servir de indicativo do movimento a ser realizado.
- 59** Como a memória RAM é o principal repositório de informações da CPU enquanto elas estão sendo processadas, sua capacidade de armazenamento influencia diretamente a velocidade de processamento do computador.

Julgue os itens subsequentes, relativos às normas técnicas para a área de documentação.

- 60** O índice, como descrito na NBR 6034, pode complementar informações não expressas no documento, tais como nomes completos, datas de identificação e nomes de compostos químicos.
- 61** De acordo com a NBR 6023, para documentos referentes a legislações são elementos essenciais a jurisdição, ou o cabeçalho da entidade em letras maiúsculas, a epígrafe e os dados da publicação; por isso não existe mais a necessidade de transcrição da ementa.
- 62** Caso haja tipos específicos de responsabilidades, como tradutor, revisor, orientador ou ilustrador de monografia, a NBR 6023 recomenda que eles sejam acrescentados após o título, conforme aparecem no documento.
- 63** Conforme a NBR 6027, índice é a enumeração das divisões, seções e outras partes de um documento, na mesma ordem e grafia em que a matéria nele se sucede.
- 64** O resumo crítico, redigido por especialistas, com análise crítica de um documento está entre os tipos de resumos descritos na NBR 6028:2021.

- 65** Segundo a NBR 10518, nos guias de bibliotecas devem constar endereços postal e eletrônico, número de telefone, incluindo códigos do país e da área, e redes sociais, se houver.

Julgue os próximos itens, relativos a tipos e processos de indexação.

- 66** Na etapa de análise conceitual do processo de indexação, busca-se transformar o assunto do documento em um determinado conjunto de termos de indexação.
- 67** A indexação ponderada, assim como os elos e os indicadores de função, é considerada um dispositivo de revocação, porque tende a melhorar o controle de sinônimos.
- 68** A indexação seletiva implica o emprego de uma quantidade muito menor de termos, a fim de abranger somente o conteúdo temático principal do documento.

Acerca dos tipos e das funções dos resumos, julgue os itens que se seguem.

- 69** A sumarização é usada para designar qualquer processo que produza representações condensadas de textos, mas somente em relação a resumos, nunca para extratos.
- 70** Os resumos modulares têm o objetivo de ser descrições completas de conteúdo e são compostos por três partes: o resumo indicativo, o resumo informativo e o resumo crítico.

Julgue os itens a seguir, relativos à estrutura interna da Classificação Decimal Universal (CDU).

- 71** A posição na notação do auxiliar comum de materiais é muito diversificada e é acrescentada diretamente ao número básico da CDU, sem espaço em branco ou qualquer outro símbolo.
- 72** Na notação da CDU, há números decimais além de indicadores de facetas especiais, sendo os dois pontos (:) um sinal de relação versátil.
- 73** A CDU, em sua atual estrutura interna, é uma classificação facetada e hierárquica, e não mais simplesmente enumerativa.

Acerca da catalogação descritiva e do formato MARC 21, julgue os itens subsequentes.

- 74** No MARC 21, o título equivalente integra o subcampo designado remanescente do título, o qual inclui outros elementos.
- 75** Em relação às regras de materiais e áreas, a área dos detalhes específicos do material constitui-se de informações específicas e é utilizada apenas para materiais cartográficos, música impressa, publicações periódicas e recursos eletrônicos.
- 76** O ponto de acesso controlado é um número, um código, uma palavra, uma frase, um logotipo ou um dispositivo associado a uma única entidade e que serve para distingui-la de outras entidades.

Em relação aos tipos e às funções dos catálogos, julgue os próximos itens.

- 77** Os catálogos externos, destinados ao público, são um produto dos catálogos internos, destinados aos serviços bibliotecários.
- 78** O catálogo automatizado em linha tem todas as qualidades e vantagens em relação ao catálogo em fichas, que apresenta pouca flexibilidade e é de difícil manuseio.

A respeito da organização e administração de bibliotecas, julgue os itens seguintes.

- 79** O planejamento em bibliotecas e unidades de informação compreende os níveis de planejamento intermediário e operacional, ficando o planejamento estratégico a cargo dos níveis de direção da organização a que pertencem as bibliotecas.
- 80** Uma das funções básicas de uma unidade de informação é satisfazer a sua clientela mediante a oferta de produtos e serviços de informação de qualidade.

Julgue os itens a seguir, a respeito das publicações oficiais e dos serviços de informação.

- 81** As regras relativas a eleições são publicadas por meio de resoluções do TSE no Diário Oficial da União (DOU).
- 82** A Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI) agrega recursos bibliográficos, materiais e humanos da administração pública federal e do governo do Distrito Federal, dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- 83** Atos normativos do Poder Judiciário que sejam de interesse geral são publicados na seção 1 do Diário Oficial da União (DOU), apenas na Internet, nos formatos .html, .pdf (certificado digitalmente) e .xml (dados abertos).
- 84** A biblioteca do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) coopera com a Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI) para integrar, em uma única base de dados, informações referentes aos acervos bibliográficos de todos os tribunais regionais eleitorais.
- 85** O Diário de Justiça eletrônico (DJe) é um instrumento de comunicação oficial, publicação e divulgação dos atos judiciais de cada tribunal, sendo possível acessar as edições correntes por meio do catálogo disponível na página do Supremo Tribunal Federal.
- 86** Na estrutura das edições do Diário da Justiça eletrônico do TSE, há índices que facilitam a pesquisa por nome do advogado, nome da parte interessada e número do processo.

Em relação a metadados e a tesouros, julgue os itens que se seguem.

- 87** Para melhor interoperabilidade e reúso, os tesouros devem ser disponibilizados para *download* como um conjunto de dados em formato .pdf.
- 88** A estrutura dos tesouros segue uma ordenação dos termos que os compõem, organizada em hierarquias e relações semânticas e sintáticas, sinalizadas por meio de convenções como TG (termo geral), TE (termo específico), TR (termo relacionado) e NE (nota de escopo).
- 89** O uso de metadados no contexto da Web permite agenciar computadores e programas especiais, robôs e agentes de *software* para que eles compreendam as informações associadas aos documentos e possam, então, recuperá-los, avaliar sua relevância e manipulá-los com mais eficiência.
- 90** O tesouro da justiça eleitoral é uma ferramenta que permite padronizar a terminologia técnica e otimizar a recuperação da informação.

“Você se torna eternamente responsável por aquilo que compartilha”. Essa é a primeira mensagem divulgada pelas redes sociais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nesta segunda, 1.º de abril, também conhecido como dia da mentira. A ação traz ao debate uma pauta bastante defendida pelo tribunal: o combate à desinformação e a responsabilização para quem dissemina conteúdos falsos.

Internet: < www.tse.jus.br > (com adaptações).

Tendo como referência inicial o texto precedente, julgue os próximos itens, a respeito do serviço de referência.

- 91** Para atender a uma demanda de informação sobre a linha sucessória dos ministros efetivos do TSE, o bibliotecário de referência pode recorrer ao repositório institucional da justiça eleitoral como fonte primária, histórica e atualizada.
- 92** Cidadãs e cidadãos podem denunciar conteúdos enganosos à justiça eleitoral por meio do Sistema de Alertas de Desinformação Eleitoral (SIADE) disponível no portal Gov.br do governo federal.
- 93** Um bibliotecário que atue no serviço de referência deve evitar o uso da página **Fato ou Boato** da justiça eleitoral para atender uma demanda de informação do usuário que esteja em dúvida sobre a veracidade de uma notícia disseminada nas redes sociais, pois essa página fomenta a circulação de conteúdos duvidosos e desinformação relacionada à democracia.
- 94** No atendimento de um cidadão que queira ter acesso aos diplomas dos presidentes da República eleitos, o bibliotecário de referência pode informar que o acesso é restrito ao Museu do Voto na Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral.
- 95** O serviço de referência de uma biblioteca deve contemplar iniciativas de capacitação de usuários contra a desinformação, a fim de que identifiquem a informação correta sobre a temática e denunciem conteúdos enganosos amplamente divulgados na sociedade.

A respeito da entrevista no âmbito do estudo de usuário, julgue os itens seguintes.

- 96** A entrevista não estruturada depende do esboço de um formulário ou conjunto de perguntas que sirva como guia para o entrevistado.
- 97** Na escolha da entrevista como método para estudos sobre uso e usuários, devem-se considerar os objetivos e os custos.
- 98** Na entrevista semiestruturada, embora sejam utilizadas perguntas estruturadas, o entrevistador pode explorar tópicos relevantes por ele identificados.

Em relação à automação de bibliotecas, julgue os itens que se seguem.

- 99** Uma política de segurança da informação tem como finalidade assegurar a confidencialidade e a disponibilidade da informação, estando a característica de integridade da informação relacionada com o planejamento de bases de dados.
- 100** O formato MARC 21 pode lidar com a diversidade crescente de tipos de mídia e formatos digitais, garantindo a compatibilidade e a integridade dos dados bibliográficos durante a troca entre sistemas distintos, que podem ter diferentes capacidades e padrões tecnológicos.
- 101** O OPAC constitui uma evolução sofisticada do Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas (SIGB).
- 102** As interfaces intuitivas e amigáveis do OPAC facilitam a navegação e a busca no sistema de catalogação da biblioteca; no entanto, seu uso eficaz depende da competência informacional de seus usuários.

Acerca de bibliotecas digitais, julgue os itens subsequentes.

- 103** A estabilidade do sistema com capacidade para múltiplos acessos e a possibilidade de exportação para *software* de gestão bibliográfica são requisitos essenciais para a preservação do material bibliográfico digital.
- 104** O objeto digital deve ser mantido sempre acessível em sua melhor qualidade e seu melhor formato; para isso, é necessário um suporte técnico especializado, que inclui o uso de *software* de visualização adequado e a gestão de licenças específicas.
- 105** Na aquisição de materiais para bibliotecas digitais, os contratos deixam de estar vinculados a um objeto físico, transformando-se em um serviço associado à licença de uso.
- 106** Se a biblioteca adotar um modelo de negócios que permita o *download* do conteúdo, a sua gestão será mais simples e econômica.

Julgue os próximos itens, relativos ao LexML Brasil.

- 107** As referências às normas, realizadas por meio de seu URN, são sempre precisas e permanentes, pois o LexML gera um identificador unívoco e persistente para documentos legislativos/jurídicos, e, para assegurar essa continuidade, basta que os provedores de dados estejam cadastrados no projeto.
- 108** O identificador `urn:lex:br:federal:lei:1990-12-11;8112` é composto, além do prefixo, por quatro elementos: localidade, autoridade, tipo de documento e descritor.
- 109** Na Rede de Informação Legislativa e Jurídica do Brasil, a consulta à compilação estruturada é limitada ao público interno.
- 110** O identificador LexML usa a notação URN, que cria identificadores permanentes e independentes de tecnologias específicas, baseados em um esquema acordado entre todos os participantes da rede.

Acerca das funções da administração, do processo decisório e dos tipos de departamentalização na administração pública, julgue os itens que se seguem.

- 111** A departamentalização funcional potencializa o surgimento de atrito entre os colaboradores do departamento, o que é considerado uma desvantagem em relação a outros tipos de departamentalização.
- 112** A dimensão racional do planejamento corresponde ao poder de decisão envolvido na tomada de uma decisão estratégica.
- 113** No processo decisório, a racionalidade limitada está relacionada ao tempo escasso, às informações restritas e aos recursos limitados para lidar com problemas complexos e multidimensionais.

A respeito de comportamento organizacional, julgue os próximos itens.

- 114** A teoria comportamental da expectância está baseada em três construtos básicos: a valência, a expectância e a instrumentalidade.
- 115** É correto afirmar que colaboradores com foco em melhoria e desenvolvimento contínuo têm senso de inconformismo com o *status quo*, isto é, atitude crítica quanto ao presente e preocupação constante com o aprimoramento dos serviços prestados.
- 116** A ubiquidade da liderança principal indica que ela é a ligação e a interação entre todos os líderes da organização para assegurar uma atuação sistêmica e abrangente.

No que diz respeito à competência interpessoal nas organizações, julgue os itens seguintes.

- 117** No campo da inteligência emocional, a autogestão correlaciona-se com o desenvolvimento de maior tolerância à frustração, bem como com o controle da raiva e de possíveis comportamentos agressivos.
- 118** O viés de autoconveniência ocorre, por exemplo, quando o colaborador atribui a si mesmo tanto os sucessos e os acertos quanto os erros e as falhas do trabalho.

No que concerne ao gerenciamento de conflitos nas organizações, julgue os itens a seguir.

- 119** A abordagem estrutural no gerenciamento de conflitos abarca as fases de desativação, confrontação direta e colaboração entre as partes envolvidas.
- 120** O estilo de transigência no gerenciamento de conflitos é apropriado quando os objetivos de ambos os lados são igualmente importantes ou quando os componentes têm igual poder e ambos os lados querem reduzir as diferenças.

Espaço livre